



CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Gabinetes da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
e do Ministro da Educação

Despacho n.º 7605/2023

Sumário: Designação, em regime de substituição, do mestre António Raúl da Costa Tôres Capaz Coelho para o cargo de secretário-geral da Educação e Ciência.

Considerando a vacatura do lugar de secretário-geral da Educação e Ciência, na sequência da cessação da respetiva comissão de serviço;

Considerando que, nos termos e para os efeitos do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2012, de 31 de janeiro, a Secretaria-Geral da Educação e Ciência é dirigida por um secretário-geral, coadjuvado por dois secretários-gerais adjuntos;

Considerando a importância da missão e das atribuições cometidas a este serviço e a consequente necessidade de assegurar o seu funcionamento até à conclusão do respetivo procedimento concursal efetuado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos, em regime de substituição, em caso de vacatura do lugar;

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 dos artigos 22.º e 23.º do Decreto-Lei n.º 32/2022, de 9 de maio, no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 18/2012, de 31 de janeiro, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, determinamos o seguinte:

1 — Designamos, em regime de substituição, o mestre António Raúl da Costa Tôres Capaz Coelho para o cargo de secretário-geral da Educação e Ciência, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções.

2 — O presente despacho produz efeitos a 15 de julho de 2023.

2 de junho de 2023. — A Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *Elvira Maria Correia Fortunato*. — 16 de junho de 2023. — O Ministro da Educação, *João Miguel Marques da Costa*.

ANEXO

Nota curricular

Habilitações académicas e formação complementar:

Doutorando em Direito — especialização em Ciências Jurídico-Políticas, Universidade Autónoma de Lisboa, sob a orientação dos Profs. José Fontes e Stela Barbas;

Mestrado em Direito (pré-Bolonha) na especialidade de Ciências Jurídicas — «Direito em Ação», pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa. Dissertação subordinada ao tema «Âmbito e Limites da Autonomia de Gestão das Instituições de Ensino Superior Públicas à Luz do Novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior», sob a orientação do Prof. João Caupers;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, pela Faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa e pela Associação Portuguesa de Direito Intelectual;

Pós-graduação em Ciências Jurídicas «Direito em Ação», pelo Departamento de Direito da Universidade Autónoma de Lisboa;

Pós-graduação em Estudos Europeus, Dominante Jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Católica de Lisboa;

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Católica de Lisboa;



Diversos cursos de formação profissional, designadamente nas áreas do direito, das finanças públicas, da gestão e da administração públicas e da informática;

Desempenho do cargo de secretário-geral da Educação e Ciência, XIX a XXIII Governos Constitucionais — 2012/2023;

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), XVII e XVIII Governos Constitucionais, 2005/2011;

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior (MCIES), XVI Governo Constitucional, 2004;

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e do Ensino Superior (MCES), XV Governo Constitucional, 2002/2004;

Desempenho do cargo de secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), XIII e XIV Governos Constitucionais, 1997/2002;

Desempenho do cargo de adjunto do secretário-geral do Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1997;

Nomeado adjunto, para os assuntos jurídicos, do Ministro da Ciência e da Tecnologia, XIII Governo Constitucional, 1996/1997;

Desempenho do cargo de diretor de serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, 1994/1996;

Nomeado diretor dos Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, 1993;

Nomeado chefe da Divisão de Apoio Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, 1993;

Desempenho de diferentes cargos em gabinetes de membros do Governo, incluindo os de chefe de gabinete, conselheiro técnico e assessor;

Exercício da atividade de advocacia, em colaboração, no escritório do Doutor António J. Mendes de Almeida;

Realização do estágio de advocacia no escritório do Prof. José Maria Gaspar, tendo sido inscrito na Ordem dos Advogados, em 1987.

Outras atividades e referências curriculares de maior destaque:

Responsável estratégico pela execução, enquanto beneficiário direto, de 4 projetos da componente C20 do Plano de Recuperação e Resiliência;

Coordenador estratégico do acompanhamento, enquanto beneficiário intermediário, de 8 projetos da componente C20 do Plano de Recuperação e Resiliência;

Coordenador estratégico dos procedimentos tendentes à aquisição e distribuição dos equipamentos necessários à implementação do projeto «Universalização da Escola Digital»;

Responsável pelo Secretariado de Apoio Técnico de apoio às Comissões de Avaliação Bipartida das áreas governativas da ciência, tecnologia e ensino superior e da educação constituídas no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública (PREVPAP);

Membro do conselho de administração da Fundação Escola Portuguesa de Macau;

Presidente, por inerência do cargo, do conselho de administração da Editorial do Ministério da Educação e Ciência;

Presidente, por inerência do cargo, da mesa da assembleia geral da Caixa de Previdência do Ministério da Educação;

Presidente, por inerência do cargo, do Conselho Coordenador da Avaliação da Secretaria-Geral;

Vogal não permanente efetivo da área de competência da/o Ministra/o da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior na Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP);

Árbitro representante das entidades empregadoras públicas, constando de uma lista de árbitros constituída nos termos do artigo 384.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

Coordenador estratégico, desde outubro de 2006, da implementação nas sucessivas Secretarias-Gerais que liderou de um Sistema Certificado de Gestão da Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança, segundo o referencial das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, OHSAS 18001/NP 4397 e SA:8000, ao qual foi reconhecido, em 2007, o 1.º nível de Excelência — *Committed to Excellence*



e, em 2010, o 2.º nível de Excelência — *Recognised for Excellence* (4 estrelas), ambos atribuídos pela European Foundation for Quality Management (EFQM) à Secretaria-Geral do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A Secretaria-Geral da Educação e Ciência está certificada em Qualidade desde 2012 e em Gestão Ambiental desde 2014 e dispõe de um Sistema Integrado de Gestão que abrange a gestão da qualidade, do ambiente da segurança e saúde no trabalho e da responsabilidade social.

Tem representado as áreas governativas em que tem exercido funções em diversos órgãos, designadamente:

Ponto focal de modernização e simplificação administrativa do Ministério da Educação e Ciência (coordenador);

Reunião preparatória do diploma legal que aprovou o «Código dos Contratos Público»

Grupo de Trabalho do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE);

Comissão para a Reavaliação dos Institutos Públicos;

Núcleo de Acompanhamento da Reforma da Administração Pública;

Grupo de Trabalho Interministerial no âmbito da «Estratégia da Mobilidade»;

Operacionalização da Reforma da Administração Pública — áreas de atuação e metodologias de aplicação;

Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública;

Task Forces II) Portal do Cidadão, IV) Racionalização dos Custos das Comunicações, V) Portal do Governo e VI) Compras Eletrónicas;

Núcleo de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia (coordenador);

Conselho da Qualidade em Serviços Públicos;

Task Force do Ano 2000, criada no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia (coordenador);

Conselho Geral do Pavilhão do Conhecimento;

Comissão de Remunerações da Sociedade «Portugal 2001», S. A.;

Comissão de Remunerações da Agência de Inovação, S. A.;

Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado;

Rede Interministerial de Modernização Administrativa;

Conselho fiscal da associação privada sem fins lucrativos denominada «Ciência Viva — Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica».

É autor de bibliografia sobre o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, de vários projetos de diplomas legais e de diversos trabalhos de investigação realizados, nomeadamente, nas áreas do direito e da administração pública.

Tem participado como orador em variadas conferências e seminários, internacionais e nacionais, bem como na qualidade de membro do júri, em múltiplos concursos públicos.

Foi distinguido com a Medalha de Mérito Ciência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e possui diversos louvores públicos pelas funções desempenhadas.

316657054